

Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público

Coletânea Especial de Fomento à Resolutividade:
Atuação preventiva - Eficácia Social na Defesa dos Direitos Fundamentais

Volume IX, ano 2023

APRESENTAÇÃO

A edição especial de fomento à resolutividade da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público é uma coleção composta por três revistas destinadas ao Fomento à Atuação Resolutiva. O objetivo é fornecer aos integrantes do Ministério Público, pesquisadores em geral e à sociedade brasileira reflexões embasadas em experiências concretas de uma Justiça resolutiva que permeia, em movimentos distintos e complementares, os dois sistemas de acesso à Justiça estabelecidos na Constituição de 1988: a Justiça por adjudicação e a Justiça da resolução consensual de conflitos, problemas e controvérsias, capazes de produzir resultados jurídicos úteis, com impactos socio-transformadores na realidade indesejada.

O Ministério Público foi talhado para defender os objetivos da República, incluindo a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Vista dessa maneira, a resolutividade não é apenas um conceito estático e conclusivo formado apenas por sintaxes, mas um desafio de construção de uma nova teoria de Ministério Público, fundada no binômio de unidade institucional e independência funcional, como pilar de sustentação da legitimidade e da efetividade das intervenções.

Segundo o teórico promotor de Justiça aposentado Marcelo Goulart, não se trata de pensar um novo Ministério Público, mas reafirmar o existente. Em outras palavras, a resolutividade é como uma espécie de força gravitacional que carrega o MP para o núcleo essencial de sua própria origem (Constituição Cidadã). Além disso, não é apenas um desafio do *Parquet*, mas de todo o sistema de Justiça do Brasil.

No mesmo diapasão, ao tratar da evolução histórica do Ministério Público brasileiro, o ínclito procurador de justiça aposentado Gregório Assagra de Almeida pondera que “[...] *resta a construção de um quinto grande momento histórico.*”

Mas ele não ocorrerá do dia para a noite, nem se dará com simples alteração da lei ou da Constituição. Ele se dará com a mudança cultural no seio da Instituição e com a elaboração de técnicas e estudos que possam fazer com que o Ministério Público possa priorizar a mais significativa e importante tutela jurídica do Estado Democrático de Direito: a tutela preventiva”¹.

Nesses termos, a resolutividade foi colocada na centralidade estratégica da gestão 2022-2023 da Corregedoria Nacional, depois de diversos entendimentos conceituais e metodológicos trabalhados entre o Órgão Correcional Nacional e as Corregedorias-Gerais das Unidades e Ramos do Ministério Público brasileiro, focados nos resultados institucionais para além da objetividade dos números de movimentações processuais. Além disso, a iniciativa tem o escopo de complementar as iniciativas das gestões anteriores, cujos esforços vêm sendo empreendidos desde 2016, com o advento da “Carta de Brasília” e seus desdobramentos.

A primeira ação da Corregedoria Nacional nesse sentido ocorreu em junho de 2022, quando foram identificadas e mapeadas diversas Boas Práticas por meio de uma nova modalidade de correição temática, denominada “Correição de Fomento à Resolutividade”, seguindo os instrumentos normativos existentes, destacando-se as Resoluções CNMP n°s 118/2014 e 243/2021, a Recomendação CNMP n° 54/2017 e Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN n° 02/2018, bem como a “Carta de Brasília” (2016).

A diversidade, qualidade e efetividade dos projetos e boas práticas correicionadas evidenciaram não só a necessidade de intensificar o paradigma por meio do intercâmbio de informações, mas também organizar uma base teórico-metodológica para impulsionar reflexões e fomentar a postura proativa-resolutiva de seus membros e membras nas suas mais variadas funções. Disso tudo nasceu, com a motivação de abnegados colaboradores das unidades ministeriais, os três volumes desta coletânea: i) Estímulo à Atuação Resolutiva; ii) Atuação Preventiva – Eficácia Social na Defesa dos Direitos Fundamentais e iii) Unidade, Independência Funcional e Integridade no Ministério Público brasileiro.

Na presente edição será abordado o terreno fértil das práticas preventivas. Neste volume, 19 artigos abordam corajosamente temas contemporâneos, como os atuais riscos à democracia no Brasil e no mundo e a necessidade de defesa do Estado Democrático de Direito. Além disso, exploram o desafio da territorialização como forma de garantir os direitos das comunidades tradicionais e povos originários, especialmente quando se trata da atuação em áreas de fronteira.

¹ In Revista Jurídica Corregedoria Nacional: o papel constitucional das Corregedorias do Ministério Público, v. I, ano 2016.

Os artigos também oferecem reflexões aprofundadas sobre a perspectiva de gênero no âmbito da atuação preventiva, inclusive explorando o uso de tecnologias modernas para aprimorar a mensuração e avaliação dos resultados obtidos. Em outra vertente, os textos discorrem sobre a prevenção de ilícitos cometidos tanto contra a administração pública estatal quanto não estatal.

O olhar se estende também às políticas públicas, apresentando experiências bem-sucedidas de ações preventivas em colaboração interinstitucional. Essa abordagem colaborativa, baseada na atuação em rede, reflete uma das diretrizes centrais da abordagem resolutiva, conforme preconizado pelas normativas vigentes.

Por fim, em caráter mais interno, esses artigos fornecem uma análise aprofundada sobre os indicadores que permitem avaliar a eficácia das práticas resolutivas adotadas, além de enfatizarem a relevância do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) no aprimoramento das vocações ministeriais.

Com esta edição, esperamos não apenas fornecer reflexões com embasamento teórico-prático, mas também contribuir para a construção de uma base sólida para a atuação resolutiva do Ministério Público. Acreditamos que, ao cumprir seu papel constitucional de garantir o acesso à justiça, estará à altura das expectativas da sociedade, conforme a missão consagrada na Constituição da República.

Boa leitura.

Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Corregedor Nacional do Ministério Público

Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público.

Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público : coletânea especial de fomento à resolutividade : atuação preventiva - eficácia social na defesa dos direitos fundamentais, volume IX / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2023.

413r p. il.

Semestral

ISSN 2525-5800

1. Ministério Público. 2. Corregedorias. 3. Corregedoria Nacional. 4. Ministério Público, atuação. 5. Direitos fundamentais. 6. Políticas públicas. I. Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público

CDD – 341.413

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do CNMP